

Congresso

Panorama Político

Tereza Cruvinel



32 Fim das férias

Como já ocorreu em outras oportunidades, o Governo e parte das lideranças oposicionistas podem se dar as mãos na convocação extraordinária do Congresso Nacional. A choradeira provocada pela interrupção das férias parlamentares, orquestrada pelo Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito — alegando gastos adicionais para os cofres públicos —, não resiste a duas argumentações básicas: como o Governo vai editar nova medida provisória para os salários, a convocação seria inevitável; e, sem a convocação, os cofres públicos ficariam sem as arrecadações do Imposto Territorial Rural. Não apenas os cofres públicos federais, mas também os estaduais e municipais, onde se alojam muitos interesses opo-

sicionistas.

Embora as lideranças não concordem com algumas modificações propostas no ITR — entre elas a que praticamente onera em iguais proporções os pequenos e os grandes proprietários rurais —, o fato é que o tributo entra no bloco das medidas provisórias como uma espécie de azeitona na empada com que o Governo procura atrair os oposicionistas.

— Se não votarmos o ITR agora e o Governo tiver de reeditar a medida, ela só terá validade para 1992 — observou o Deputado César Maia (PDT-RJ), lembrando que medidas fiscais obedecem ao princípio da anuidade: somente vigoram no ano seguinte ao de sua aprovação.